

Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão ^{sem} primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha
Organizadores

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

POLÍCIA CIVIL

AGENTE, ESCRIVÃO, INSPETOR, INVESTIGADOR,
PAPILOSCOPISTA E OUTROS CARGOS

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

3^a
edição

Revista e ampliada

2024

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

RAIO-X DAS QUESTÕES

1. QUESTÕES POR DISCIPLINA E TEMA

Primeiramente, é bom compreender como é a distribuição das disciplinas nos concursos, para isso, foi feita uma amostragem das **30 provas mais recentes**, o que evidenciou a seguinte conformação:

Tabela 5

DISCIPLINAS	%
Jurídicas	48,0%
Português	15,7%
Informática	8,1%
Raciocínio Lógico	5,9%
Atualidades	2,6%
Outras	19,7%
TOTAL	100%

A seguir, são apresentadas as tabelas de **Raio-X**, que servem para orientar o estudo a ser desenvolvido, descortinando o grau de exigência e a frequência com que certos temas são explorados nos concursos públicos para ingresso nesta carreira.

As tabelas indicam o número total de questões objetivas e as respectivas percentagens de distribuição nas disciplinas abordadas nos concursos. Ao final, consta, também, a distribuição das questões discursivas.

Tabela 6

1. DIREITO ADMINISTRATIVO		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Agentes Públicos	56	14,8%
2. Atos Administrativos	61	16,1%
3. Bens Públicos	1	0,3%
4. Controle da Administração Pública	32	8,4%
5. Entes da Administração Pública	41	10,8%
6. Intervenção do Estado na Propriedade	1	0,3%

7. Licitações e Contratos	28	7,4%
8. Processo Administrativo	18	4,7%
9. Responsabilidade Civil do Estado	30	7,9%
10. Serviços Públicos	16	4,2%
11. Teoria, Poderes e Princípios	95	25,1%
TOTAL	379	100%
2. DIREITO CONSTITUCIONAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Dos Princípios Fundamentais	28	6,0%
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	143	30,8%
3. Da Organização do Estado	34	7,3%
4. Da Organização dos Poderes	100	21,6%
5. Da Defesa do Estado e das Inst. Democráticas	52	11,2%
6. Da Ordem Econômica e Financeira	3	0,6%
7. Da Ordem Social	41	8,8%
8. Direito Processual Constitucional	41	8,8%
9. Teoria Constitucional	22	4,7%
TOTAL	464	100%
3. DIREITO PENAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Da Aplicação da Lei Penal	40	8,9%
2. Do Crime	64	14,3%
3. Da Imputabilidade Penal	20	4,5%
4. Do Concurso de Pessoas	27	6,0%
5. Das Penas	20	4,5%
6. Da Extinção da Punibilidade	8	1,8%
7. Dos Crimes c/ Pessoa	79	17,6%
8. Dos Crimes c/ Patrimônio	69	15,4%
9. Dos Crimes c/ Propriedade Imaterial	1	0,2%
10. Dos Crimes c/ Dignidade Sexual	24	5,3%
11. Dos Crimes c/ Incolumidade/Paz Pública	2	0,4%
12. Dos Crimes c/ Fé Pública	10	2,2%

13. Dos Crimes c/ Administração Pública	46	10,2%
14. Teoria e Princípios	39	8,7%
TOTAL	449	100%
4. DIREITO PROCESSUAL PENAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Disposições Preliminares	14	3,4%
2. Do Inquérito Policial	94	23,0%
3. Da Ação Penal/Civil	35	8,6%
4. Da Competência	23	5,6%
5. Das Questões e Processos Incidentes	3	0,7%
6. Da Prova	109	26,7%
7. Dos Sujeitos do Processo	2	0,5%
8. Da Prisão, das Med. Caut. e da Liberdade Provisória	94	23,0%
9. Das Citações e Intimações	4	1,0%
10. Da Sentença	1	0,2%
11. Dos Processos em Espécie	6	1,5%
12. Das Nulidades e dos Recursos em Geral	9	2,2%
13. Teoria e Princípios	14	3,4%
TOTAL	408	100%
5. DIREITOS HUMANOS		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Normas Constitucionais	9	9,5%
2. Declaração Universal dos Direitos Humanos	26	27,4%
3. Sistemas Internacionais	26	27,4%
4. Sistema Nacional	7	7,4%
5. Convenções e Pactos Internacionais	17	17,9%
6. Teoria	10	10,5%
TOTAL	95	100%
6. LEIS PENAIS ESPECIAIS		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Código de Defesa do Consumidor	7	2,1%
2. Código de Trânsito Brasileiro	7	2,1%

3. Estatuto da Criança e do Adolescente	21	6,2%
4. Estatuto da Pessoa Idosa	4	1,2%
5. Estatuto do Desarmamento	14	4,1%
6. Lei da Interceptação Telefônica	23	6,8%
7. Lei da Lavagem de Dinheiro	11	3,3%
8. Lei da Prisão Temporária	19	5,6%
9. Lei das Contravenções Penais	6	1,8%
10. Lei das Organizações Criminosas	20	5,9%
11. Lei de Drogas	26	7,7%
12. Lei de Execução Penal	30	8,9%
13. Lei de Identificação Criminal	4	1,2%
14. Lei de Investigação por Delegado de Polícia	5	1,5%
15. Lei do Abuso de Autoridade	10	3,0%
16. Lei dos Crimes Ambientais	11	3,3%
17. Lei dos Crimes c/ Ordem Tributária	9	2,7%
18. Lei dos Crimes c/ Sistema Financeiro	7	2,1%
19. Lei dos Crimes de Preconceito	9	2,7%
20. Lei dos Crimes de Tortura	12	3,6%
21. Lei dos Crimes Hediondos	20	5,9%
22. Lei dos Juizados Especiais	31	9,2%
23. Lei Maria da Penha	32	9,5%
TOTAL	338	100%
7. CRIMINOLOGIA		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Conceito	6	6,3%
2. Criminalística	9	9,5%
3. Estatística Criminal	2	2,1%
4. Métodos	6	6,3%
5. Objeto	7	7,4%
6. Prevenção Criminal	20	21,1%
7. Sociologia Criminal	5	5,3%
8. Teorias	23	24,2%
9. Vitimologia	17	17,9%
TOTAL	95	100%

8. MEDICINAL LEGAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Antropologia Forense	28	23,9%
2. Asfixiologia Forense	11	9,4%
3. Balística Forense	4	3,4%
4. Documentos Médico-legais	8	6,8%
5. Sexologia Forense	11	9,4%
6. Tanatologia Forense	31	26,5%
7. Toxicologia Forense	4	3,4%
8. Traumatologia Forense	20	17,1%
TOTAL	117	100%
9. ATUALIDADES		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Cultura	6	8,0%
2. Direito e Justiça	19	25,3%
3. Economia	10	13,3%
4. Geografia e História	25	33,3%
5. Política Internacional	12	16,0%
6. Política Nacional	3	4,0%
TOTAL	75	100%
10. NOÇÕES DE INFORMÁTICA		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Correio Eletrônico	19	9,5%
2. Editor de Apresentação	3	1,5%
3. Editor de Planilha	12	6,0%
4. Editor de Texto	40	20,0%
5. Hardware	23	11,5%
6. Internet, Buscador e Navegador	33	16,5%
7. Segurança da Informação	22	11,0%
8. Sistema Operacional	33	16,5%
9. Temas Esparsos	15	7,5%
TOTAL	200	100%

11. RACIOCÍNIO LÓGICO		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Análise Combinatória	8	4,4%
2. Argumentação e Operadores	10	5,6%
3. Conjuntos	14	7,8%
4. Equivalência/Negação Lógica	47	26,1%
5. Implicação Lógica	30	16,7%
6. Probabilidade	14	7,8%
7. Proposições	12	6,7%
8. Raciocínio Matemático	16	8,9%
9. Sequências	10	5,6%
10. Tabela-Verdade	12	6,7%
11. Verdade x Mentira	7	3,9%
TOTAL	180	100%
12. PORTUGUÊS		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Acentuação	3	1,5%
2. Análise Sintática	13	6,5%
3. Concordância Nominal/Verbal	14	7,0%
4. Interpretação de Texto	101	50,5%
5. Modos, Formas e Tempos Verbais	4	2,0%
6. Morfologia	8	4,0%
7. Ortografia	10	5,0%
8. Pontuação	11	5,5%
9. Pronomes	6	3,0%
10. Regência Nominal/Verbal	10	5,0%
11. Uso da Crase	11	5,5%
12. Temas Esparsos	9	4,5%
TOTAL	200	100%
13. TODAS AS DISCIPLINAS JURÍDICAS		
DISCIPLINAS	QUESTÕES	%
1. Direito Administrativo	379	16,2%
2. Direito Constitucional	464	19,8%
3. Direito Penal	449	19,1%

4. Direito Processual Penal	408	17,4%
5. Direitos Humanos	95	4,1%
6. Leis Penais Especiais	338	14,4%
7. Criminologia	95	4,1%
8. Medicina Legal	117	5,0%
TOTAL	2345	100%

O livro também traz **questões discursivas** para exemplificar ao leitor como essas perguntas exploram os conteúdos exigido nos editais. A provas da carreira não possuem a chamada “segunda fase”, então, geralmente, quando há questões discursivas, são aplicadas conjuntamente às objetivas, no mesmo dia. A maioria dessas provas, quando faz a exigência, traz uma única questão discursiva, em forma de redação.

Tabela 7

DISCURSIVAS	
DISCIPLINAS	QUESTÕES
1. Direito Administrativo	1
2. Direito Constitucional	9
3. Direito Penal	7
4. Direito Processual Penal	11
5. Direitos Humanos	1
6. Leis Penais Especiais	15
7. Criminologia	9
8. Medicina Legal	1
9. Atualidades	0
10. Noções de Informática	0
11. Raciocínio Lógico	0
12. Português	3
TOTAL	57

2. ANÁLISE GRÁFICA DAS DISTRIBUIÇÕES

Adiante, é feita uma análise gráfica das informações contidas nas tabelas de **Raio-X** apresentadas no tópico anterior, objetivando traduzir visualmente a importância dos conteúdos mais explorados nas provas.

Os gráficos individualizam os dados de cada matéria, em relação às questões objetivas. Ao final, um gráfico condensando todas as disciplinas de direito, que forma o eixo principal de exigência de conhecimentos desses concursos.

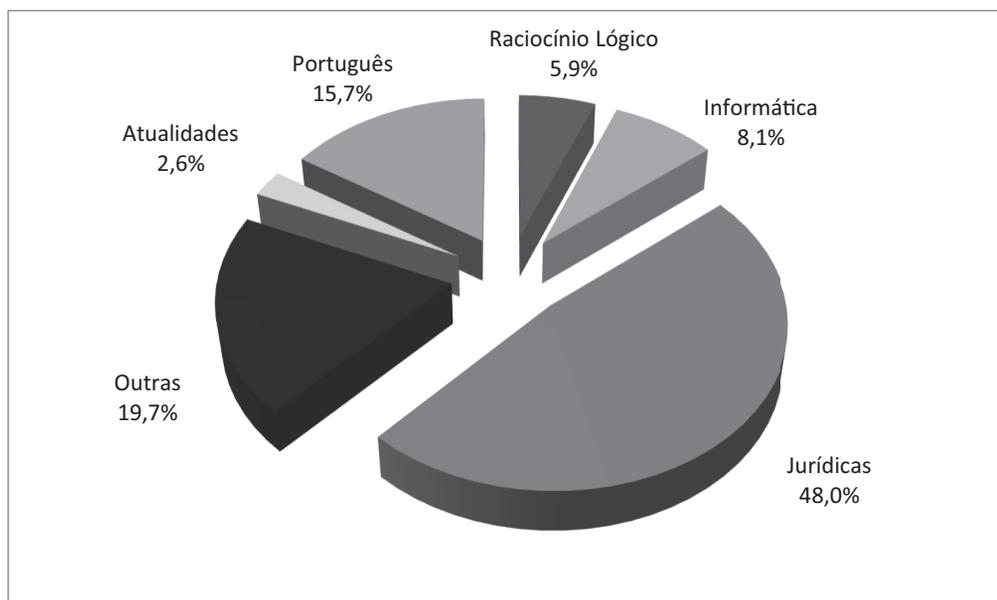
2.1. Todas as Disciplinas

Os certames das carreiras giram, basicamente, ao redor de provas com um eixo centralizado em cinco pontos principais: Jurídico (ramos do direito, criminologia e medicina legal), Português, Informática, Raciocínio Lógico e Atualidades.

Algumas matérias, por serem bastante pontuais e com pequeno número de questões (exigidas apenas em poucos desses concursos), como geografia local, história estadual, legislação estadual, matemática, conhecimentos gerais, administração geral etc., não são disponibilizadas no livro e, portanto, não constam no levantamento (estão apenas referenciadas no tópico “outras disciplinas” do gráfico abaixo).

Os temas jurídicos correspondem a **quase metade** do conteúdo das provas, e o livro os separa nas matérias tradicionais que os compõem, reservando gráficos analíticos para cada uma delas. Português é a **segunda disciplina mais versada**. A **menos explorada** desse eixo central é a que versa sobre Atualidades.

Gráfico 1



2.2. Disciplinas Jurídicas

Conteúdos jurídicos (e assemelhados) equivalem **praticamente à metade** das provas.

Importante frisar que esses tópicos vêm aumentando seu espaço nas provas com o decorrer do tempo, em virtude da maior profissionalização na carreira, o que pode ser aferido, também, pelo grau de dificuldade das questões, que também vem subindo.

As disciplinas que concentram mais questões são Penal e Constitucional, com **aproximadamente 40%** das objetivas.

Os assuntos **menos explorados**: direitos humanos e criminologia.

SUMA DOS TEMAS

1. TEMAS DAS PROVAS OBJETIVAS

A tabela abaixo indica visualmente o **grau de exigência** dos tópicos de cada disciplina. As questões objetivas são totalizadas por símbolos. Cada um dos símbolos utilizados agrega um conjunto de até cinco questões.

O gradiente/simbologia indica o número acumulado de questões em cada item, evidenciando o perfil estatístico que as bancas organizadoras adotam na feitura das provas.

Tabela 8

CAPÍTULO / TÓPICOS	GRAU DE EXIGÊNCIA
1. DIREITO ADMINISTRATIVO	
1. Agentes Públicos	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀ ☀ ☠ ☠
2. Atos Administrativos	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀ ☀ ☠ ☠ ☠
3. Bens Públicos	○
4. Controle da Administração Pública	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡
5. Entes da Administração Pública	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀
6. Intervenção do Estado na Propriedade	○
7. Licitações e Contratos	○ ○ ○ ○ ● ●
8. Processo Administrativo	○ ○ ○ ○
9. Responsabilidade Civil do Estado	○ ○ ○ ○ ● ●
10. Serviços Públicos	○ ○ ○ ○
11. Teoria, Poderes e Princípios	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀ ☀ ☠ ☠ ☠ ☠ ...
2. DIREITO CONSTITUCIONAL	
1. Dos Princípios Fundamentais	○ ○ ○ ○ ● ●
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀ ☀ ☠ ☠ ☠ ☠ ...
3. Da Organização do Estado	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡
4. Da Organização dos Poderes	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀ ☀ ☠ ☠ ☠ ☠ ...
5. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀ ☀ ☠
6. Da Ordem Econômica e Financeira	○
7. Da Ordem Social	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀
8. Direito Processual Constitucional	○ ○ ○ ○ ● ● ⚡ ⚡ ☀
9. Teoria Constitucional	○ ○ ○ ○ ●

CAPÍTULO / TÓPICOS	GRAU DE EXIGÊNCIA
4. Sistema Nacional	○○
5. Convenções e Pactos Internacionais	○○○○
6. Teoria	○○
6. LEIS PENAS ESPECIAIS	
1. Código de Defesa do Consumidor	○○
2. Código de Trânsito Brasileiro	○○
3. Estatuto da Criança e do Adolescente	○○○○●
4. Estatuto da Pessoa Idosa	○
5. Estatuto do Desarmamento	○○○
6. Lei da Interceptação Telefônica	○○○○●
7. Lei da Lavagem de Dinheiro	○○○
8. Lei da Prisão Temporária	○○○○
9. Lei das Contravenções Penais	○○
10. Lei das Organizações Criminosas	○○○○
11. Lei de Drogas	○○○○●●
12. Lei de Execução Penal	○○○○●●
13. Lei de Identificação Criminal	○
14. Lei de Investigação por Delegado de Polícia	○
15. Lei do Abuso de Autoridade	○○
16. Lei dos Crimes Ambientais	○○○
17. Lei dos Crimes c/ Ordem Tributária	○○
18. Lei dos Crimes c/ Sistema Financeiro	○○
19. Lei dos Crimes de Preconceito	○○
20. Lei dos Crimes de Tortura	○○○
21. Lei dos Crimes Hediondos	○○○○
22. Lei dos Juizados Especiais	○○○○●●⚡
23. Lei Maria da Penha	○○○○●●⚡
7. CRIMINOLOGIA	
1. Conceito	○○
2. Criminalística	○○
3. Estatística Criminal	○
4. Métodos	○○
5. Objeto	○○
6. Prevenção Criminal	○○○○
7. Sociologia Criminal	○
8. Teorias	○○○○●
9. Vitimologia	○○○○

CAPÍTULO / TÓPICOS	GRAU DE EXIGÊNCIA
8. MEDICINA LEGAL	
1. Antropologia Forense	○○○○●●
2. Asfixiologia Forense	○○○
3. Balística Forense	○
4. Documentos Médico-legais	○○
5. Sexologia Forense	○○○
6. Tanatologia Forense	○○○○●●⚡
7. Toxicologia Forense	○
8. Traumatologia Forense	○○○○
9. ATUALIDADES	
1. Cultura	○○
2. Direito e Justiça	○○○○
3. Economia	○○
4. Geografia e História	○○○○●
5. Política Internacional	○○○
6. Política Nacional	○
10. NOÇÕES DE INFORMÁTICA	
1. Correio Eletrônico	○○○○
2. Editor de Apresentação	○
3. Editor de Planilha	○○○
4. Editor de Texto	○○○○●●⚡⚡
5. Hardware	○○○○●
6. Internet, Buscador e Navegador	○○○○●●⚡
7. Segurança da Informação	○○○○●
8. Sistema Operacional	○○○○●●⚡
9. Temas Esparsos	○○○
11. RACIOCÍNIO LÓGICO	
1. Análise Combinatória	○○
2. Argumentação e Operadores	○○
3. Conjuntos	○○○
4. Equivalência/Negação Lógica	○○○○●●⚡⚡⚡⚡
5. Implicação Lógica	○○○○●●
6. Probabilidade	○○○
7. Proposições	○○○
8. Raciocínio Matemático	○○○○
9. Sequências	○○

CAPÍTULO / TÓPICOS	GRAU DE EXIGÊNCIA
10. Tabela-Verdade	○○○
11. Verdade x Mentira	○○
12. PORTUGUÊS	
1. Acentuação	○
2. Análise Sintática	○○○
3. Concordância Nominal/Verbal	○○○
4. Interpretação de Texto	○○○○●●⚡⚡💣💣☢☢☠☠...
5. Modos, Formas e Tempos Verbais	○
6. Morfologia	○○
7. Ortografia	○○
8. Pontuação	○○○
9. Pronomes	○○
10. Regência Nominal/Verbal	○○
11. Uso da Crase	○○○
12. Temas Esparsos	○○

2. TEMAS MAIS EXIGIDOS

No texto do livro foram ressaltados os **temas mais exigidos nas provas objetivas**. São verdadeiros pontos-chave de estudo que merecem toda atenção e análise do leitor. Todos sinalizados em realce:

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

Abaixo, uma tabela-resumo desses verdadeiros **“temas sensíveis”** dos concursos organizados pela Banca. São **30** tópicos, que agregam **1417** questões e, estatisticamente, representam **praticamente metade** do conteúdo desses certames.

Tabela 9

CAPÍTULO / TÓPICOS	QUESTÕES
1. DIREITO ADMINISTRATIVO	
1. Agentes Públicos... 1.1. Disposições Gerais	33
9. Responsabilidade Civil do Estado	30
11. Teoria, Poderes e Princípios... 11.2. Poderes	54
11. Teoria, Poderes e Princípios... 11.3. Princípios	36
3. DIREITO CONSTITUCIONAL	
2. Dos Dir. e Gar. Fund... 2.1. Dos Dir. e Dev. Ind. e Coletivos	73
2. Dos Dir. e Gar. Fund... 2.4. Dos Dir. Políticos, Dos Partidos	30

DIREITO CONSTITUCIONAL



VOLUME DE QUESTÕES



MUITO ALTO

1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 37. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Rep. Geral 1120. Em respeito ao princípio da separação dos poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, quando não caracterizado o desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo, é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria “interna corporis”. *RE 1297884, 11.6.2021.*

STF Rep. Geral 698. 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPI). *RE 684612, 30.6.2023.*

INFORMATIVOS

STF Dia da Consciência Negra: instituição de feriado local por lei municipal. É constitucional a instituição, por lei municipal, de feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, a ser celebrado em 20 de novembro, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial. Sob múltiplos fundamentos constitucionais, a previsão do feriado assume inegável viés de fomento cultural como ação afirmativa em sentido amplo, de caráter compulsório, cujo respaldo constitucional deriva diretamente do disposto no art. 3º da Constituição Federal. Segundo o texto constitucional, a atuação comissiva do Poder Público há de ser implementada para combater quaisquer formas de discriminação, em especial pelo repúdio ao racismo (CF, arts. 4º, VIII, e 5º, XLII) na promoção do bem de todos, objetivo fundamental da República Federativa do Brasil e competência comum das unidades federativas (art. 23, I e X). *ADPF 634, 30.11.2022. Pleno. Inf 1078.*

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (IAOCP/PC/GO/Papiloscopista/2022) Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio da solução pacífica de conflitos.
- Está entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil o pluralismo político.
- Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- A República Federativa do Brasil tem como princípio a independência nacional em relação às relações internacionais.
- A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

2. (Vunesp/PC/SP/Escrivão/2022) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamento:

- a garantia do desenvolvimento nacional.
- a dignidade da pessoa humana.
- a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade.
- a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- a erradicação da pobreza e da marginalização.

3. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2021) Os fundamentos que regem o Brasil em suas relações internacionais inclui o repúdio ao racismo.

4. (Idعان/PC/CE/Escrivão/2021) É correto apontar como objetivo fundamental que constitui a República Federativa do Brasil

- a prevalência dos direitos humanos.
- a não intervenção.
- a defesa da paz.
- a erradicação da pobreza e da marginalização.
- a autodeterminação dos povos.

5. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2021) Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a prevalência dos direitos humanos.

6. (Cespe/PC/DF/Agente/2021) Clara, praticante de uma religião de matriz africana, um dia, ao chegar à escola pública em que estuda no Distrito Federal usando um colar de contas típico de sua prática religiosa, foi impedida, pela diretora, de entrar na instituição. A diretora alegou que, ali, não era permitido entrar usando aquele tipo de colar. Na ocasião, a diretora exigiu que a estudante retirasse o adereço para poder entrar no estabelecimento de ensino. Embora o livre exercício de cultos religiosos seja assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, como o Estado é laico, o ingresso de Clara com adereços religiosos em sua escola pode ser proibido.

7. (Cespe/PC/SE/Escrivão/2021) A CF adota o presidencialismo como forma de governo, cabendo ao presidente da República a chefia de Estado e de governo.

8. (Vunesp/PC/BA/Escrivão/2018) Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- a cidadania representa um status e apresenta-se simultaneamente como objeto e um direito fundamental.
- o conceito normativo de cidadania sofreu uma ampliação após a Segunda Guerra, mas ainda não se expressa por outros meios além da política.
- a soberania é una, divisível, inalienável e imprescritível. Pode-se dividir a soberania em três: externa, interna e imanente.
- o princípio democrático, considerado como princípio normativo multiforme, implica na imposição do dever de exercício do direito de sufrágio por todos os cidadãos.
- o pluralismo político implica na possibilidade de recebimento de recursos financeiros de pessoas físicas e de entidades estrangeiras.

9. (Fundatec/PC/RS/Escrivão/2018) Não se constitui um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- prevalência dos direitos humanos.
- garantir o desenvolvimento nacional.
- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- construir uma sociedade livre, justa e solidária.

10. (Cespe/PC/MA/Investigador/2018) Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

- o poder que emana do povo será exercido somente por meio de seus representantes eleitos.
- o Brasil rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da intervenção e da negativa de asilo político.
- são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.
- a República Federativa do Brasil visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações por meio da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Estão certos apenas os itens:

- I e III.
- II e IV.
- III e IV.

d) I, II e III.

e) I, II e IV.

11. (Vunesp/PC/BA/Investigador/2018) Tendo em vista a Constituição Federal, artigos 1º, 3º, 4º e 5º, assinale a alternativa correta:

- a República Federativa do Brasil tem por fundamento a dignidade da pessoa humana, constituindo objetivo fundamental promover o bem de todos, sem preconceito, de qualquer natureza, regendo-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio de repúdio ao racismo.
- a República Federativa do Brasil tem por fundamento reduzir as desigualdades regionais e sociais, constituindo objetivo fundamental erradicar o racismo, regendo-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da garantia do desenvolvimento nacional.
- todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros naturalizados a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade.
- os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados no Congresso Nacional serão equivalentes a Lei Complementar.
- as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicadas.

12. (Vunesp/PC/BA/Escrivão/2018) A Constituição de 1988 inovou ao elevar a dignidade da pessoa humana a fundamento da República Federativa Brasileira. Considerando a importância dada pelo constituinte originário ao metaprincípio da dignidade da pessoa humana, assinale a alternativa correta:

- o respeito à dignidade humana não inibe diretamente que o Estado possa utilizar algum indivíduo como instrumento para a persecução de um fim maior.
- a dignidade da pessoa humana não pode, em regra, ser utilizada como critério de interpretação e aplicação do direito constitucional.
- um dos parâmetros mínimos de aferição da dignidade humana é o direito ao reconhecimento, como necessidade de respeitar as identidades particulares.
- a dimensão prestacional da dignidade humana constitui o fundamento de direitos fundamentais contra atos que a violem ou a exponham a ameaças e riscos.
- um direito apenas será fundamental na perspectiva da ordem constitucional brasileira se e na medida em que tiver um conteúdo determinado em dignidade.

13. (Fepese/PC/SC/Escrivão/2017) A respeito do Princípio da Separação de Poderes (princípio do Direito Constitucional), assinale a alternativa correta:

- o legislador constituinte originário elegeu a separação de Poderes como cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988.
- são Poderes da República, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- como exemplo do sistema de freios e contrapesos do Princípio da Separação de Poderes, os membros do Supremo Tribunal Federal são escolhidos pelo Senado Federal e se submetem à aprovação da Presidência da República.
- o Judiciário exerce tipicamente a jurisdição e a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos dinheiros públicos.
- o Poder Legislativo tem como função típica a atividade de legislação, sendo responsável pela edição de medidas provisórias.

14. (Fepese/PC/SC/Agente/2017) Com base na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I. a autonomia.
- II. a cidadania.
- III. a dignidade da pessoa humana.
- IV. o pluralismo político.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas:

- a) são corretas apenas as afirmativas I, II e III.
- b) são corretas apenas as afirmativas I, II e IV.
- c) são corretas apenas as afirmativas I, III e IV.
- d) são corretas apenas as afirmativas II, III e IV.
- e) são corretas as afirmativas I, II, III e IV.

15. (Fepese/PC/SC/Agente/2017) Assinale a alternativa correta sobre o Princípio da Federação (Princípio do Direito Constitucional):

- a) o legislador constituinte originário elegeu a forma federativa de Estado como cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988.
- b) a Federação caracteriza-se pela união dos Estados-membros, dotados de soberania.
- c) numa Federação como o Brasil, as entidades federadas constituem pessoas jurídicas de direito público internacional.
- d) no modelo federativo brasileiro, a União Federal é superior hierarquicamente aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- e) os Municípios ostentam a condição de entes federativos autônticos no Brasil porque possuem Poder Judiciário próprio e representantes no Congresso Nacional.

16. (Fepese/PC/SC/Escritvã/2017) De acordo com a Constituição Federal de 1988, ao tratar dos princípios constitucionais do Estado Brasileiro, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. solução pacífica dos conflitos.
- II. não-intervenção.
- III. não concessão de asilo político.
- IV. autodeterminação dos povos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas:

- a) são corretas apenas as afirmativas I, II e III.
- b) são corretas apenas as afirmativas I, II e IV.
- c) são corretas apenas as afirmativas I, III e IV.
- d) são corretas apenas as afirmativas II, III e IV.
- e) são corretas as afirmativas I, II, III e IV.

17. (Cespe/PC/PE/Agente/2016) Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF:

- a) em casos de profunda degradação da dignidade humana em determinado Estado, o princípio fundamental internacional da prevalência dos direitos humanos sobrepõe-se à própria soberania do Estado.
- b) o princípio da independência nacional conduz à igualdade material entre os Estados, na medida em que, na esfera econômica, são iguais as condições existentes entre eles na ordem internacional.
- c) o princípio da não intervenção é absoluto, razão por que se deve respeitar a soberania de cada um no âmbito externo e por que nenhum Estado pode sofrer ingerências na condução de seus assuntos internos.

d) em razão do princípio fundamental internacional da concessão de asilo político, toda pessoa vítima de perseguição, independentemente do seu motivo ou de sua natureza, tem direito de gozar asilo em outros Estados ou países.

e) a concessão de asilo político consiste não em princípio que rege as relações internacionais, mas em direito e garantia fundamental da pessoa humana, protegido por cláusula pétrea.

18. (Cespe/PC/GO/Escritvã/2016) Assinale a opção que apresenta um dos fundamentos da República Federativa do Brasil previsto expressamente na Constituição Federal de 1988:

- a) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) autodeterminação dos povos.
- c) igualdade entre os estados.
- d) erradicação da pobreza.
- e) solução pacífica dos conflitos.

19. (Vunesp/PC/SP/Oficial/2014) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si:

- a) a Federação brasileira, os Estados e os Municípios.
- b) o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria Geral do Estado.
- c) o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados.
- d) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- e) o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos.

20. (Funcab/PC/RO/Escritvã/2014) O Poder Judiciário, ao revogar um decreto de um Governador, ofende o princípio da:

- a) legitimidade.
- b) transparência.
- c) separação dos poderes.
- d) economicidade.
- e) eficiência.

21. (IBFC/PC/RJ/Papiloscopista/2014) Todos os enunciados abaixo correspondem a fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 1º da Constituição Federal, exceto:

- a) a soberania.
- b) a cidadania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) a prevalência dos direitos humanos.
- e) o pluralismo político.

22. (Vunesp/PC/SP/Técnic/2014) Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo, como um de seus fundamentos:

- a) a erradicação da pobreza em todos os níveis.
- b) os valores sociais do trabalho.
- c) o serviço militar obrigatório.
- d) o combate a todas as formas de discriminação de raças.
- e) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

23. (Acafe/PC/SC/Agente/2014) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF). Com base no enunciado acima é correto afirmar, exceto:

- a) são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) a soberania, a cidadania e o pluralismo político não são fundamentos da República Federativa do Brasil.

- c) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- d) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.
- e) construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

24. (Vunesp/PC/SP/Oficial/2014) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado:

- a) democrático de Direito.
- b) burocrático.
- c) o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados.
- d) socialista progressista.
- e) humanitário social.

25. (Vunesp/PC/SP/Escrivão/2014) A Constituição de 1988 enuncia que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, que possui, dentre outros, os seguintes fundamentos:

- a) a soberania, a busca do pleno emprego e a função social da propriedade.
- b) a defesa do consumidor, a função social da propriedade e a busca do pleno emprego.
- c) o pluralismo político, a redução das desigualdades regionais e sociais e a propriedade privada.
- d) a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) a cidadania, a função social da propriedade e a promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação.

26. (Acafe/PC/SC/Agente/2014) A Constituição brasileira inicia com o Título I dedicado aos “princípios fundamentais”, que são as regras informadoras de todo um sistema de normas, as diretrizes básicas do ordenamento constitucional brasileiro. São regras que contêm os mais importantes valores que informam a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil. Diante dessa afirmação, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. nas relações internacionais, a República brasileira rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios: autodeterminação dos povos, defesa da paz, igualdade entre os Estados, concessão de asilo político.
 - II. os princípios não são dotados de normatividade, ou seja, possuem efeito vinculante, mas constituem regras jurídicas efetivas.
 - III. violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer, pois implica ofensa a todo o sistema de comandos.
 - IV. são princípios que norteiam a atividade econômica no Brasil: a soberania nacional, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor; a propriedade privada.
 - V. a diferença de salários, de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil a qualquer dos trabalhadores urbanos e rurais fere o princípio da igualdade do caput do art. 5º da Constituição Federal.
- a) apenas I, II, III estão corretas.
 - b) apenas II e IV estão corretas.
 - c) apenas III e V estão corretas.
 - d) apenas I, III, IV e V estão corretas.
 - e) todas as afirmações estão corretas.

27. (IBFC/PC/SE/Escrivão/2014) Todos os enunciados abaixo correspondem a objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 3º da Carta Política, exceto:

- a) promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- b) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) garantir o desenvolvimento nacional.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

28. (Vunesp/PC/SP/Técnico/2014) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, possui, entre outros, o objetivo de:

- a) cooperar com outros povos para o progresso da humanidade.
- b) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) combater a escravidão, a servidão e o tráfico de mulheres.
- d) buscar a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina.
- e) assegurar o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

TOP 5: 1º LUGAR ENTRE OS MAIORES AGREGADOS DE QUESTÕES DO LIVRO!

2.1. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 1. Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela Lei Complementar 110/2001.

STF Súm. Vinculante 11. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

STF Súm. Vinculante 14. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

STF Súm. Vinculante 21. É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

STF Súm. Vinculante 25. É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

STF Súm. Vinculante 28. É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

STF Súm. Vinculante 45. A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

STF Súm. 1. É vedada a expulsão de estrangeiro casado com brasileira, ou que tenha filho brasileiro, dependente da economia paterna.

STF Súm. 421. Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileira ou ter filho brasileiro.

STF Súm. 654. A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

STF Súm. 704. Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

STJ Súm. 280. O art. 35 do Decreto-lei n. 7.661, de 1945, que estabelece a prisão administrativa, foi revogado pelos incisos LXI e LXVII do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

STJ Súm. 419. Descabe a prisão civil do depositário judicial infiel.

STJ Súm. 639. Não fere o contraditório e o devido processo decisório que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Rep. Geral 786. É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais – especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral – e as expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível. *RE 1010606, 11.2.2021.*

STF Rep. Geral 922. É inconstitucional o condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa. *RE 820823, 30.9.2022.*

STF Rep. Geral 1171. Violam o princípio da presunção de inocência o indeferimento de matrícula em cursos de reciclagem de vigilante e a recusa de registro do respectivo certificado de conclusão, em razão da existência de inquérito ou ação penal sem o trânsito em julgado de sentença condenatória. *RE 1307053, 24.9.2021.*

INFORMATIVOS

STF Liberdade de expressão e proibição de manifestação pública de militar contra atos de superiores ou resoluções do Governo. O art. 166 do CPM é compatível com o sistema normativo-constitucional vigente, pois as restrições por ele impostas são adequadas e proporcionais quando consideradas as peculiaridades das atribuições militares e a singularidade de suas carreiras, que possibilita aos seus integrantes a submissão a regime disciplinar distinto do aplicado aos servidores públicos civis em geral. “Art. 166. Publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo: Pena – detenção, de dois meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave”. *ADPF 475, 12.4.2023. Pleno. Inf 1090.*

STF Coleta e arquivamento de material genético de nascituros e parturientes sem prévio consentimento. É inconstitucional a lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realizar exames de DNA comparativo em caso de dúvida. É inconstitucional – por violar os direitos à intimidade e à privacidade, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, na dimensão da proibição do excesso – norma estadual que determina a hospitais, casas de saúde e maternidades a coleta compulsória de material genético de mães e bebês na sala de parto e o subsequente armazenamento à disposição da Justiça para o fim de evitar a troca de recém-nascidos nas unidades de saúde. *ADI 5545, 13.4.2023. Pleno. Inf 1090.*

STF Prisão especial aos portadores de diploma de curso superior. É incompatível com a CF – por ofensa ao princípio da isonomia – a previsão contida no inciso VII do art. 295 do CPP que concede o direito a prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior. *ADPF 334, 31.3.2023. Pleno. Inf 1089.*

STF Policiais civis e restrições à promoção ou à participação em manifestações. É compatível com o sistema normativo-constitucional vigente, norma estadual que veda a promoção ou a participação de policiais em manifestações de apreço ou desprezo a quaisquer autoridades ou contra atos da Administração Pública em geral. *ADPF 734, 12.4.2023. Pleno. Inf 1090.*

STJ Ingresso forçado em domicílio. Intimação de testemunha. Atitude suspeita do irmão da testemunha. Fundadas razões. Inexistência. Mandado judicial. Necessidade. O fato de policiais, em diligência para intimar testemunha, considerarem suspeita a atitude do irmão desta, por si só, não justifica a dispensa de investigações prévias ou do mandado judicial para ingresso forçado no domicílio. *AgRg no HC 708400, 6ª T, 15.12.2022. Inf 10E.*

STJ Retroatividade da lei mais benéfica. Possibilidade. Art. 5º, XL, da CF. Princípio do direito sancionatório. O art. 5º, XL, da CF prevê a possibilidade de

retroatividade da lei penal, sendo cabível extrair-se do dispositivo constitucional princípio implícito do direito sancionatório, segundo o qual a lei mais benéfica retroage no caso de sanções menos graves, como a administrativa. *AgInt no REsp 2024133, 1ª T, 16.3.2023. Inf 769.*

STJ Estabelecimento comercial. Invasão do imóvel sem mandado judicial. Local aberto ao público. Inviolabilidade de domicílio. Não ocorrência. A abordagem policial em estabelecimento comercial, ainda que a diligência tenha ocorrido quando não havia mais clientes, é hipótese de local aberto ao público, que não recebe a proteção constitucional da inviolabilidade do domicílio. *HC 754789, 6ª T, 6.12.2022. Inf 760.*

STJ Busca domiciliar. Habitação em prédio abandonado de escola municipal. Extensão interpretativa do conceito de domicílio. Possibilidade. Art. 5º, XI da CF. A habitação em prédio abandonado de escola municipal pode caracterizar o conceito de domicílio em que incide a proteção disposta no art. 5º, XI da CF. *AgRg no HC 712529, 5ª T, 4.11.2022.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (UFPR/PC/PR/Escrivão/2007) Discorra, em no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, sobre o princípio da presunção de inocência como direito individual do cidadão, analisando os seguintes aspectos: a) Importância da proteção constitucional dos direitos individuais dos cidadãos. b) Fundamentação constitucional e conteúdo do princípio da presunção de inocência. c) Desdobramentos e reflexos da violação do princípio da presunção de inocência.

QUESTÕES OBJETIVAS

29. (Cespe/PC/RO/Escrivão/2022) Segundo as disposições da CF a respeito dos direitos e garantias fundamentais, poderá haver pena:

- de interdição de direitos.
- de caráter perpétuo.
- cruel.
- de trabalhos forçados.
- de banimento.

30. (Cespe/PC/RO/Escrivão/2022) De acordo com a CF, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo:

- em caso de desastre, somente durante o dia.
- para prestar socorro, somente durante o dia.
- em caso de flagrante delito, se houver determinação judicial em processo criminal.
- por determinação judicial, somente durante o dia.
- por determinação judicial, independentemente do horário.

31. (Cespe/PC/RO/Agente/2022) De acordo com o texto constitucional, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação:

- mediata.
- imediate.
- diferida.
- limitada.
- indireta.

32. (Cespe/PC/PB/Escrivão/2022) À luz da orientação prevalente no STF acerca da garantia fundamental de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, assinale a opção correta:

- Observado o devido processo legal, a decisão condenatória em segunda instância afasta o princípio da presunção de inocência e abre o caminho para a execução da pena.

- b) Não é cabível a prisão após julgamento em segunda instância, independentemente de decisão judicial que afirme a necessidade da custódia cautelar.
- c) Poderá ocorrer a prisão independentemente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, bastando a obediência ao devido processo legal, que se cumpre com o esgotamento da matéria de fato nas instâncias ordinárias.
- d) A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência.
- e) A prisão para execução da pena só poderá ser determinada após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória; porém, havendo necessidade e fundamentação, a segregação cautelar poderá ser determinada a qualquer momento, mesmo antes da prolação de sentença ou do julgamento do recurso em segunda instância.

33. (FGV/PC/RJ/Investigador/2022) Maria, no exercício do direito de petição, compareceu à Secretaria Municipal de Obras para solicitar que fossem adotadas as providências necessárias ao recapeamento asfáltico das ruas do seu bairro. Afinal, a falta de manutenção contribuiu para o aumento dos buracos e os acidentes se multiplicaram. O servidor responsável pelo protocolo solicitou de Maria o comprovante de recolhimento da “taxa de expediente”, o que seria necessário para que o seu pleito fosse apreciado. À luz da sistemática constitucional, a taxa mencionada pelo servidor:

- a) não pode ser exigida.
- b) pode ser exigida, desde que prevista na lei orgânica.
- c) pode ser exigida, desde que prevista em lei ordinária.
- d) pode ser exigida, desde que fixada em patamares módicos.
- e) pode ser exigida e será reembolsada se o pleito for acolhido.

34. (IBFC/PC/BA/Escrivão/2022) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, especialmente o direito à liberdade, analise as afirmativas abaixo.

- I. A Constituição assegura a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. A lei infraconstitucional poderá, portanto, limitar o seu alcance, fixando condições ou requisitos para o pleno exercício da profissão.
- II. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. Trata-se do direito de informar e de ser informado, explicitando do direito constitucional à liberdade de informação.
- III. A locomoção no território nacional em tempo de paz é livre, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I e III apenas.
- e) I apenas.

35. (IBFC/PC/BA/Escrivão/2022) Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- I. O direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, caput, abrange tanto o direito de não ser morto (ou direito de continuar vivo), como também o direito de ter uma vida digna.
- II. Em decorrência do direito à vida, é proibido, em qualquer hipótese, a pena de morte.

III. Não é possível interrupção terapêutica da gestação de feto anencéfalo, em observância ao direito à vida.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) V, V, V.
- b) V, F, F.
- c) F, F, V.
- d) V, V, F.
- e) F, V, F.

36. (IBFC/PC/BA/Escrivão/2022) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, especialmente o direito à propriedade, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- I. A função social da propriedade é prevista expressamente na Constituição Federal de 1988.
- II. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988.
- III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não haja dano, tendo em vista que houve a utilização de sua propriedade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) V, V, V.
- b) V, F, F.
- c) F, F, V.
- d) V, V, F.
- e) F, V, F.

37. (Cespe/PC/DF/Agente/2021) Para que seja reconhecida como um direito ou uma garantia fundamental pelo ordenamento jurídico brasileiro, a norma internacional deverá ser aprovada, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

38. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2021) Determinado cidadão norte-americano em férias em Brasília cometeu o crime de homicídio ao fugir da cena de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, supostamente por ele praticado. Após o crime, ele fugiu para o hotel onde se encontrava hospedado desde que chegou ao Brasil. Cinco minutos após ter adentrado em seu quarto, a polícia invadiu o local e conseguiu prendê-lo. Considerando a jurisprudência do STF, por não ser residente no Brasil, o referido cidadão norte-americano não poderá suscitar a nulidade de julgamento por ofensa ao devido processo legal, direito fundamental previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988.

39. (Cespe/PC/DF/Agente/2021) A eficácia dos direitos fundamentais não se restringe às relações entre os cidadãos e o poder público.

40. (FGV/PC/RJ/Inspetor/2021) Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- a) coisa julgada.
- b) direito adquirido.
- c) ato jurídico perfeito.

- d) expectativa legítima.
- e) legalidade imanente.

41. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2021) Segundo a Constituição Federal de 1988, o preso tem o direito de conhecer a identificação dos responsáveis pelo interrogatório policial.

42. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2021) O preso, apesar de seu direito de permanecer calado, poderá indicar uma pessoa para ser comunicada de sua prisão e, se lei admitir a liberdade provisória sem fiança, ele não será mantido na prisão.

43. (UFPR/PC/PR/Investigador/2021) A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta à luz da Constituição.

- a) No processo, são inadmissíveis provas obtidas por meio ilícito.
- b) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político.
- c) As normas definidoras de direitos fundamentais exigem lei para sua aplicação.
- d) A lei pode excluir a proteção à participação individual em obras coletivas.
- e) Uma associação pode ser diretamente dissolvida pelo Poder Executivo.

44. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2021) A pena de morte é vedada em qualquer hipótese pela Constituição Federal.

45. (Cespe/PC/DF/Escrivão/2021) A obrigação de identificação do responsável por conduzir o interrogatório do preso está expressamente prevista na Constituição Federal.

46. (FGV/PC/RJ/Inspetor/2021) Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime. Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitrada:

- a) somente seria possível após a condenação em processo administrativo.
- b) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.
- c) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatua constitucional.
- d) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial.
- e) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

47. (Cespe/PC/DF/Agente/2021) Uma pessoa presa e encaminhada a uma unidade policial terá o direito de comunicar sua prisão a um membro da sua família ou, desde que explique a sua escolha, a outra pessoa que não seja seu familiar.

48. (Idecan/PC/CE/Inspetor/2021) A respeito dos Direitos Individuais e Garantias Fundamentais no sistema jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. Estão limitados ao rol que o constituinte estabeleceu entre os arts. 5º ao 17 da Constituição da República Federativa do Brasil.
- II. Incluem o disposto em tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

III. São intransmissíveis, irrenunciáveis, absolutos e suas normas definidoras têm aplicação imediata.

IV. Não podem ser regulamentados por medida provisória.

V. O poder reformador pode alterar um direito fundamental, desde que não afete o seu núcleo essencial.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.
- e) se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

49. (Cespe/PC/AL/Agente/2021) Se a autoridade policial deixar de informar à pessoa indicada pelo preso a prisão e o local onde ele se encontra, mas comunicá-los ao juiz competente, estará assegurado o cumprimento da CF.

50. (Cespe/PC/AL/Escrivão/2021) Durante investigação criminal, determinado policial civil realizou interceptação telefônica que captou diálogo entre dois suspeitos, o que permitiu verificar que alguns objetos do crime estariam na residência de um deles. Com base nisso, o policial dirigiu-se ao local e, sem autorização judicial ou do morador, ingressou na casa a fim de colher provas para instruir o inquérito policial. Na saída, o policial avistou o suspeito chegando ao local e o prendeu, informando-lhe, após a prisão, o seu direito constitucional de permanecer calado. No entanto, o policial não informou a prisão ao juiz competente. Agiu corretamente o policial ao informar ao preso que ele teria o direito fundamental expresso na CF de permanecer calado.

51. (Cespe/PC/AL/Agente/2021) Ao agente que tiver praticado fato criminoso será garantido o privilégio contra a autoincriminação, isto é, o direito de manter-se em silêncio.

52. (Cespe/PC/DF/Agente/2021) O direito à liberdade de consciência e de crença é considerado um direito fundamental de segunda geração.

53. (IAOCP/PC/PA/Escrivão/2021) De acordo com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluindo a de caráter paramilitar.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo quando não houver dano.
- c) A pequena e a média propriedade rural, assim definidas em lei, desde que trabalhadas pela família, não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- d) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, intransmissível aos herdeiros.
- e) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

54. (Cespe/PC/AL/Agente/2021) A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando, por fundadas razões, justificadas posteriormente,

houver indicação de que dentro da residência ocorre situação de flagrante delito.

55. (Cespe/PC/AL/Escrivão/2021) Durante investigação criminal, determinado policial civil realizou interceptação telefônica que captou diálogo entre dois suspeitos, o que permitiu verificar que alguns objetos do crime estariam na residência de um deles. Com base nisso, o policial dirigiu-se ao local e, sem autorização judicial ou do morador, ingressou na casa a fim de colher provas para instruir o inquérito policial. Na saída, o policial avistou o suspeito chegando ao local e o prendeu, informando-lhe, após a prisão, o seu direito constitucional de permanecer calado. No entanto, o policial não informou a prisão ao juiz competente. Para anular a prisão, cabe ao preso impetrar mandado de segurança, que é o remédio constitucional cabível quando alguém sofre violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

56. (Cespe/PC/AL/Agente/2021) Sob pena de configurar ofensa à liberdade, o exercício da manifestação do pensamento fica afastado de apreciação judicial.

57. (Idecan/PC/CE/Escrivão/2021) A respeito das associações é correto afirmar que

- a) a liberdade de associação é plena e irrestrita.
- b) decisão judicial passível de reforma pode dissolver uma associação.
- c) podem ter suas atividades suspensas após decisão judicial.
- d) ao se filiar, o associado confere poderes implícitos para ser representado judicialmente pela associação.
- e) a criação de uma associação depende de autorização.

58. (Cespe/PC/AL/Escrivão/2021) Durante investigação criminal, determinado policial civil realizou interceptação telefônica que captou diálogo entre dois suspeitos, o que permitiu verificar que alguns objetos do crime estariam na residência de um deles. Com base nisso, o policial dirigiu-se ao local e, sem autorização judicial ou do morador, ingressou na casa a fim de colher provas para instruir o inquérito policial. Na saída, o policial avistou o suspeito chegando ao local e o prendeu, informando-lhe, após a prisão, o seu direito constitucional de permanecer calado. No entanto, o policial não informou a prisão ao juiz competente. Agiu equivocadamente o policial ao não comunicar ao juiz competente logo após a efetivação da prisão.

59. (Cespe/PC/AL/Escrivão/2021) Sendo a casa asilo inviolável, ninguém pode nela adentrar sem consentimento do morador, ainda que tenha autorização judicial.

60. (IAOCP/PC/PA/Investigador/2021) De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) é livre a manifestação do pensamento, inclusive no anonimato.
- b) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, não sendo, contudo, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que os regimentos internos estabelecerem.
- d) é livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

- e) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do “de cujus”.

61. (Cespe/PC/SE/Escrivão/2021) São inafiançáveis e imprescritíveis os crimes de racismo e terrorismo, bem como a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

62. (Cespe/PC/SE/Escrivão/2021) A CF, ao garantir a liberdade de expressão, vedou o anonimato, prestigiando o direito de resposta e eventual pleito judicial por indenização em relação a dano material, moral ou à imagem.

63. (Cespe/PC/SE/Agente/2021) As disposições constitucionais definidoras dos direitos e das garantias fundamentais carecem da atuação do legislador infraconstitucional para a viabilização dos direitos nelas veiculados.

64. (IAOCP/PC/ES/Auxiliar_Perito/2019) Segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b) as entidades associativas, mesmo sem autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- c) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- d) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação contida.
- e) os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

65. (IAOCP/PC/ES/Investigador/2019) Assinale a alternativa correta de acordo com o que disciplina a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:

- a) é assegurado a todos o acesso à informação, sendo garantida a publicidade da fonte.
- b) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- c) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- d) a retificação de dados perante os órgãos públicos, quando não se prefira fazer por processo sigiloso, judicial ou administrativo, poderá ser feita através de mandado de injunção.
- e) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.

66. (Vunesp/PC/BA/Escrivão/2018) Sobre a inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações, é correto afirmar que

- a) a administração penitenciária, ainda que com fundamento em razões de segurança pública, não pode proceder a

interceptação da correspondência remetida pelos sentenciados, tendo em vista a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar.

- b) a proteção a que se refere o art. 5º, XII, da Constituição Federal, é da comunicação “de dados” e não dos “dados em si mesmos”, ainda quando armazenados em computador.
- c) o Ministério Público possui a faculdade de diretamente quebrar o sigilo bancário, tendo em vista ser titular para o ajuizamento da ação penal.
- d) os agentes fiscais tributários da União podem, em regra, requisitar diretamente das instituições financeiras informações sobre as movimentações bancárias dos contribuintes.
- e) o Tribunal de Contas da União está autorizado a decretar a quebra de sigilo bancário e empresarial de terceiros, medida cautelar que em tal hipótese não está condicionada à anuência do Poder Judiciário.

67. (Vunesp/PC/BA/Escrivão/2018) A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) há hierarquia entre os direitos fundamentais, estando o grau de importância definido a partir da posição topográfica do direito na Constituição Federal.
- b) a teoria dos limites imanentes, também conhecida como teoria interna, admite que os direitos fundamentais possam sofrer restrições externas.
- c) a teoria externa defende que a restrição a um direito fundamental influencia o próprio conteúdo do direito, razão pela qual não admite a possibilidade de sua restrição.
- d) no Brasil, assim como em Portugal e na Alemanha, há previsão constitucional expressa a respeito dos limites aos limites dos direitos fundamentais.
- e) os direitos fundamentais podem ser restringidos por atos normativos infraconstitucionais, desde que seja respeitado o seu núcleo essencial.

68. (Vunesp/PC/BA/Escrivão/2018) A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) a inviolabilidade do domicílio não se estende a escritórios de acesso restrito.
- b) em cumprimento à ordem judicial, o acesso a domicílio, mesmo sem consentimento do morador, pode ocorrer à noite.
- c) o exercício do direito de reunião em lugares públicos, para ser regular, está condicionado a prévio aviso à autoridade competente.
- d) associação criada para finalidades lícitas, caso desvirtuada, pode ter suas atividades suspensas por decisão de autoridade policial.
- e) a prática do racismo constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

69. (Vunesp/PC/SP/Escrivão/2018) Tendo em vista o disposto na Constituição Federal a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta:

- a) a prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) é garantido o sigilo das comunicações telefônicas e das comunicações telegráficas, de dados e da correspondência, salvo, no último caso, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) é garantido o direito de reunião de forma pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que devidamente autorizado pela autoridade competente, e que não frustrem outra reunião convocada para o mesmo local.

- d) a inviolabilidade de domicílio garante que a casa não pode ser penetrada, sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro ou, de dia ou à noite, com ordem judicial.
- e) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

70. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2018) A prática do racismo é uma conduta que é severamente combatida pelas normas de direitos humanos internacionais. No Estado brasileiro, a Constituição Federal estabelece, quanto a essa matéria, que o racismo é crime:

- a) inafiançável e imprescritível.
- b) hediondo.
- c) insuscetível de graça ou anistia.
- d) que deve ser punido com a pena de detenção.
- e) que prescreve em 10 (dez) anos.

71. (Fumarc/PC/MG/Escrivão/2018) A Constituição Federal de 1988 elencou vários princípios processuais penais, porém, no contexto de funcionamento integrado e complementar das garantias processuais penais, não se pode perder de vista que os Tratados Internacionais de Direitos Humanos firmados pelo Brasil também incluíram diversas garantias ao modelo processual penal brasileiro. Nessa ordem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH – Pacto de São José da Costa Rica) prevê diversos direitos relacionados à tutela da liberdade pessoal (Decreto 678/92, art. 7º), além de inúmeras garantias judiciais (Decreto 678/92, art. 8º). Diante do enunciado, é correto afirmar:

- a) pelo Princípio da Ampla Defesa, temos a abrangência do direito à defesa técnica (processual ou específica) e à autodefesa (material ou genérica), havendo entre elas uma relação de complementaridade.
- b) pelo Princípio da Publicidade, temos a preocupação do legislador em garantir o acesso irrestrito a todos os atos processuais, sem qualquer tipo de ressalva.
- c) pelo Princípio do Contraditório, temos que o brocardo “in dubio pro reo” só incide até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Portanto, na revisão criminal, que pressupõe o trânsito em julgado de sentença penal condenatória ou absolutória imprópria, não há que falar em “in dubio pro reo”, mas sim em “in dubio contra reum”.
- d) pelo Princípio do Estado de Inocência, temos que, “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

72. (Vunesp/PC/SP/Investigador/2018) Com relação aos direitos individuais e coletivos, a Constituição Federal estabelece que:

- a) são direitos do preso, dentre outros, que a sua família ou pessoa por ele indicada seja, imediatamente, comunicada de sua prisão bem como da identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- b) a pena não pode passar da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores até o limite do valor do dano.
- c) o tribunal do júri tem competência para processar e julgar os crimes dolosos e culposos contra a vida.
- d) podem ser adotadas, por meio de lei, dentre outras, as penas de privação ou restrição da liberdade, perda de bens, de trabalho forçado, de prestação social alternativa e de interdição de direitos.

- e) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em crime político ou de opinião, na forma da lei.

73. (Fumarc/PC/MG/Escrivão/2018) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, também chamada de “Constituição Cidadã”, elenca no Capítulo I, do Título II, os direitos e deveres individuais e coletivos. Das opções abaixo, assinale a que é inverídica:

- a propriedade atenderá a sua função social.
- a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização do poder público.
- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- é garantido o direito de propriedade.

74. (Fumarc/PC/MG/Escrivão/2018) Foram disposições acrescentadas no art. 5º da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional n. 45, de 2004, exceto:

- a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- as normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

75. (Vunesp/PC/SP/Agente/2018) Assinale a alternativa que, nos termos da Constituição Federal, apresenta apenas crimes inafiançáveis e imprescritíveis:

- ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; tortura.
- hediondos; racismo.
- terrorismo; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- tortura; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- racismo; ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

76. (Vunesp/PC/SP/Auxiliar_Papiloscopista/2018) Assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal:

- todos podem reunir-se pacificamente, com ou sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar.
- aos litigantes, em inquérito policial e processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, inclusive na hipótese de flagrante delito, salvo durante o dia e a noite, por determinação judicial.
- é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

77. (Ibade/PC/AC/Agente/2017) Leia a seguir os seguintes artigos enunciados pela CRFB/88 e, a partir dos respectivos conteúdos, responda: Artigo 5º, XXXVII: “Inexiste juízo ou tribunal de exceção”; Artigo 5º, LIII: “Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”. Qual princípio a seguir melhor sintetiza o conteúdo?

- duplo grau de jurisdição.
- razoabilidade.
- ampla defesa.
- do juiz e do promotor natural.
- contraditório.

78. (Fepese/PC/SC/Agente/2017) Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos no texto constitucional:

- não se admite ação privada nos crimes de ação pública, ainda que esta não seja intentada no prazo legal.
- são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- o preso não possui direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

79. (Fepese/PC/SC/Escrivão/2017) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mediante autorização ou licença.
- é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedada a exigência de qualificações profissionais.
- é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

80. (Cespe/PC/GO/Escrivão/2016) A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta:

- de acordo com a lei, a prática da tortura é considerada crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.
- a prisão em flagrante deve ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, devido ao fato de ser vedado levar pessoas à prisão ou mantê-las na prisão nas situações em que a lei admitir a liberdade provisória.
- nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, permite-se que ordem judicial afaste a inviolabilidade do sigilo da correspondência.
- constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o terrorismo e os definidos como crimes hediondos; a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
- é permitida a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum praticado após a naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

81. (Funcab/PC/PA/Investigador/2016) “Os direitos fundamentais são bens jurídicos em si mesmos considerados, conferidos